



AFRICANOS LIVRES NO MATO GROSSO: EXPERIÊNCIAS FAMILIARES E TRABALHO.

Zilda Alves de Moura¹

Em 1851, atendendo às solicitações de *ricos capitalistas*,² - para usar o termo empregado pelo senador Paranhos-, o Ministério dos Negócios do Império autorizou a formação da Sociedade de Mineração do Mato Grosso, que, além do apoio do governo imperial - ao ceder cem africanos livres-, teve investimentos de pessoas particulares tanto do Rio de Janeiro como de Mato Grosso.

Os membros da direção da Sociedade eram homens de negócios que embora possuíssem riquezas semelhantes, tiveram origens e posições diferentes dentro do cenário imperial. Alguns faziam parte da elite mercantil e agrária, outros estavam ligados mais diretamente ao aparato do governo imperial, como os políticos, juízes de paz e médicos. As relações sociais, econômicas e familiares que mantinham direta ou indiretamente, forneceram elementos para que esse grupo desenvolvesse e redirecionasse seus interesses econômicos e particulares para outras regiões mais afastadas do centro do Império.

Como os planos e políticas colocados em prática pelo governo imperial buscavam promover e redirecionar atividades que pudessem possibilitar o desenvolvimento por todo o país, essa Sociedade poderia, então, auxiliá-lo nessa empreitada. Dessa forma, com africanos livres que se encontravam amontoados na Casa de Correção, no Rio de Janeiro, recém capturados do tráfico, foram o incentivo inicial para a referida empresa. A maioria desses trabalhadores possuía idade inferior a dezoito anos e não sabia falar a língua do país onde se encontrava; no entanto, isso não impediu que eles, de maneira involuntária, também ajudassem no crescimento do império brasileiro a exemplo de tantos outros empregados em instituições públicas ou particulares, tanto nas cidades como no meio rural numa variedade muito grande de atividades que abrangia uma realidade bastante próxima daquela constituída pelo universo do trabalho escravizado.

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. A autora agradece o apoio do CNPq.

² PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1953, p.215.



Esta comunicação trata de investigar as experiências familiares e de trabalho do grupo de africanos livres que foram cedidos pelo governo imperial para a empresa privada Sociedade de Mineração do Mato Grosso entre os anos de 1851 a 1865. Para tratar dessas questões eu recorri à massa documental manuscrita produzida pela Sociedade de Mineração do Mato Grosso sobre os africanos livres; correspondências expedidas e recebidas entre os representantes do Ministério dos Negócios da Justiça do Império e os presidentes da província do Mato Grosso; correspondências entre os presidentes do Mato Grosso e os guardas dos africanos livres da Sociedade de Mineração, representantes da câmara municipal, bispos, delegados, juízes de paz, diretoria geral dos índios e pessoas particulares da província. Esses documentos estão arquivados no Arquivo Público do Mato Grosso, e sua análise constituiu a principal fonte deste trabalho.

O período deste estudo é a partir de 1851, época em que cem africanos livres, capturados do tráfico ilegal, mulheres e homens, foram cedidos pelo Ministério dos Negócios da Justiça do Império à empresa criada no Rio de Janeiro, Sociedade de Mineração do Mato Grosso, estabelecida na região de Alto Paraguai-Diamantino, no Mato Grosso; o final do período abordado nesta pesquisa é o ano de 1865, quando os africanos livres da Sociedade de Mineração receberam a emancipação definitiva. Eu procuro com isso apresentar quais foram as principais atividades desenvolvidas pelos africanos livres e alguns outros trabalhadores da empresa, bem como, apontarei redes de sociabilidades dos africanos livres dentro e fora da Sociedade de Mineração, precisamente como se davam as relações familiares e de compadrio.

Os africanos livres no Brasil

A formação da categoria “africanos livres” no Brasil, deu-se no contexto da campanha anti-tráfico, criada no início do século XIX por convenções internacionais destinadas a abolir o tráfico de escravos no Atlântico, liderada, sobretudo, pela Inglaterra. Como resultado dessa campanha, a lei brasileira de 7 de novembro de 1831 proibia o comércio atlântico de africanos, trazidos da África para o território brasileiro. Isso significava que nenhum escravo poderia entrar no Brasil a partir daquela data. Por lei, os africanos ilegalmente importados e apreendidos no Brasil depois de 1831 seriam livres: “todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”. Criava-se assim, os termos que deram aos cativos contrabandeados a partir de 1831 o



estatuto especial de “africanos livres”.³ Dessa forma, os africanos apreendidos eram emancipados e os que não o eram, apesar de terem direito à liberdade, eram ilegalmente escravizados.

Apesar de emancipados, os africanos livres tiveram que ficar sob a custódia do governo local por um período de tempo que correspondia a um aprendizado. Essa categoria existiu nos vários países e colônias onde a política de repressão ao tráfico gerou apreensão de navios negreiros, mas se concentrou nas regiões-sede dos tribunais e comissões mistas responsáveis de julgar os navios capturados.⁴

A lei de 7 de novembro de 1831 previa ainda a reexportação dos africanos apreendidos após essa data.⁵ Até que isso ocorresse, o governo imperial brasileiro deveria proporcionar meios para a sobrevivência dos africanos contrabandeados, respeitando sua condição legal de homens livres, mas que na prática estavam obrigados à prestação de serviços. Anos após essa lei, o dispositivo que previa a reexportação de africanos para seu continente de origem nunca não foi cumprido. Então, deram destino aos africanos apreendidos: o aproveitamento de sua força de trabalho. Assim, o governo imperial empreendeu uma política de controle desses trabalhadores, mantendo-os sob tutela e a seu dispor ao empregá-los em diversos projetos de desenvolvimento espalhados pelo país. Com a justificativa de que os africanos emancipados precisavam de um tempo de aprendizado, o governo imperial brasileiro os manteve sob tutela por anos.⁶ Dessa maneira, foram distribuídos para servir a particulares e instituições públicas.

Num primeiro momento, os africanos apreendidos eram mantidos na Casa de Correção, no Rio de Janeiro, sob a autoridade do administrador local. Quando transferidos a serviços de estabelecimentos públicos ou arrendados a particulares, esses trabalhadores passavam a ser fiscalizados por autoridades públicas como delegados de polícia, juízes, presidentes de províncias, etc. O concessionário teria que fazer um contrato comprometendo-se a utilizar os serviços do africano livre e, em contrapartida, deveria pagar um salário, fornecer vestimentas, alimentação e tratamento das doenças.⁷ Os africanos livres foram empregados em várias instituições públicas

³ Lei de 7 de novembro de 1831. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Artigo 1º. Vol. 1. 1831, p. 182.

⁴ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “Do que o ‘preto mina’ é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”. *Afro-Ásia*, 24 (2000), p. 71-75. p. 72.

⁵ Lei de 7 de novembro de 1831. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Artigo 2º. Vol. 1. 1831, p. 182.

⁶ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 389-416; p. 392.

⁷ Decreto de 19 de novembro de 1835. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Instrução 6ª. Vol. 1. 1835, p. 125.



ligadas ao governo da Corte e eram utilizados principalmente em ocupações urbanas. Trabalhavam em fábricas (fábrica de pólvora Estrela, no Rio de Janeiro e fábrica de ferro São João do Ipanema, em Sorocaba); prestavam serviços em penitenciárias, enfermarias, arsenais da Marinha e do Exército e obras públicas como abertura de estradas, limpeza e conservação das ruas, nos cemitérios, em muitos estabelecimentos não-governamentais como irmandades e outras associações civis e, ainda, como veremos no presente trabalho, em atividades mineratórias e extração de vegetais de mata nativa no Mato Grosso.

Aspectos socioeconômicos no Mato Grosso de meados de 1850

A partir de meados do século XIX, a classe dominante cuiabana atuava em sintonia com os novos parâmetros que iam sendo elaborados para o país, tendo o Centro-Sul como seu modelo. Os símbolos do progresso e da sociedade capitalista passaram a ser ansiosamente desejados pela elite mato-grossense sem condições econômicas de implantá-los. Tiveram início intensas discussões sobre a implantação de uma estrada de ferro ligando Cuiabá à Corte, que não se realizou⁸; a interrupção do tráfico de africanos exigiu da classe dominante cuiabana a definição de alternativas para suprir a demanda de mão de obra. Assim, sem levar em conta a realidade local, foram elaborados projetos de colonização para a província de Mato Grosso através da imigração européia após a abertura da navegação do Prata. Os colonos eram recrutados – de forma isolada e não em grupo - em Buenos Aires e Montevideu e trazidos para a província, sendo-lhes concedidos a passagem, um pedaço de terra onde pudessem iniciar suas lavouras, sementes e ferramentas. Iniciativa também frustrada, pois, conforme Volpato, “sem um projeto mais claro que definisse os direitos e deveres, tanto do Estado, como dos colonos, essas tentativas foram em grande maioria frustradas e, embora anualmente vários estrangeiros entrassem em Mato Grosso, outros tantos deixavam a província”.⁹

Superar a decadência das atividades minerais, a pobreza, e ainda assim desenvolver a agricultura, manufaturas ou outra atividade produtiva de abastecimento e de exportação foi sempre o grande desafio de alguns representantes de regiões como a mato-grossense, carente de capitais e mão de obra para explorar seus fartos recursos naturais. Por isso, uma empresa de mineração, já

⁸ MORAIS, Viviane Alves de. “Estradas interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)”. Dissertação em História Econômica. São Paulo: USP, 2010, p. 52.

⁹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão*. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EdUFMT, 1993. p. 47-48.



suprida de força de trabalho, e como divulgava a propaganda de Paranhos, com “maquinário de última geração” no campo da extração mineral, seria muito bem vinda às terras mato-grossenses.

Embora a produção mineral em Mato Grosso permanecesse mínima por todo o século XIX, o interesse pelas fontes minerais continuou. Quatro companhias formadas em Mato Grosso fizeram tentativas para exploração em larga escala em Cuiabá e Diamantino e não foram bem sucedidas. Em vista disso, observa-se a importância apresentada pelos presidentes da província do Mato Grosso ao terem conhecimento da constituição da Companhia de Mineração do Mato Grosso. Em vários relatórios lê-se a expectativa das autoridades locais com relação ao efetivo aproveitamento dos recursos minerais da região e sua conseqüente dinamização econômica.

Assim, todos saíam ganhando: o governo Imperial, por entender que os capitais resultantes desse processo conduziriam o Brasil ao tão esperado desenvolvimento econômico da fronteira Centro-Oeste; os políticos e governantes locais, que necessitavam tanto de estímulos relacionado à modernização agrícola, de frentes de ocupação para as grandes áreas antes ocupadas por várias nações indígenas, de construção e melhoria das estradas de viação e, sobretudo, precisavam de investimentos na área da decadente mineração. Nesse estágio de depressão econômica, a notícia sobre a empresa mineradora animou as autoridades locais. O presidente da província do Mato Grosso Augusto Leverger manifestou-se: “É de esperar que este definhado ramo de riqueza da Província tome vigor com os trabalhos de uma Companhia de Mineração que se organizou na Corte com a autorização do Governo Imperial, e cujos agentes devem estar em caminho para esta capital”.¹⁰

A Sociedade poderia empreender não só trabalhos de mineração como também extrair a poaia - raiz utilizada para fazer chá e remédios-, às margens dos rios Santana e Paraguai ao norte da província, em Diamantino, e nas regiões de Cáceres, Barra dos Bugres, Vila Maria e Tangará da Serra.

O mundo do trabalho

Como já registrado, no dia 16 de agosto de 1851, o Ministério dos Negócios da Justiça do Império mandou entregar ao presidente do diretório da Sociedade de Mineração do Mato Grosso, Custódio Teixeira Leite, cem africanos livres *boçais*, a princípio, para realizarem trabalhos na

¹⁰ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa provincial em 3 de maio de 1852. Cuiabá: Tipografia do Echo Cuiabano, 1852, p.3-4.



mineração. Por sua vez, o presidente do diretório da Sociedade de Mineração, no Rio de Janeiro, entregou os cem africanos livres sob a responsabilidade de outro diretor da empresa, o médico Medardo Rivani. Esse tratou de organizar a viagem até o Extremo Oeste.

Independente dos caminhos e estradas tomados, é certo que o grupo passaria por grandes dificuldades naturais, como intempéries, muito calor e muito frio, exposição a doenças, o desconforto do longo caminho por terra, a pé ou sobre mulas e, ainda, o encarecimento das mercadorias por causa dos sucessivos registros e passagens.¹¹ Segundo Nicácio Lima, era por Meia Ponte e pela capital goiana que passavam, desde o início do século XIX, a maior parte das pessoas e das mercadorias que iam e vinham de Cuiabá para outras partes do Brasil.¹² Conforme o mesmo autor, os trajetos principais eram os que ligavam o Mato Grosso ao Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a Bahia.

Para que a vigilância e tutela exigidas pelo ministro Eusébio de Queiróz fossem seguidas à risca, Augusto Leverger elaborou doze instruções que deveriam ser observadas pelo guarda dos africanos livres, o 1º sargento do Batalhão de Caçadores, Antônio Dias Leme.¹³ Assim, o primeiro guarda indicado e os subseqüentes deveriam manter o controle absoluto, não apenas sobre o trabalho, mas também sobre a vida dos africanos livres. Dessa maneira, os cuidados deveriam ser constantes tanto para não serem tratados com desumanidade, com excessos de castigos, reduzidos à escravidão, aliciados e fugirem, como para não deixarem de cumprir os serviços designados para eles. Por outro lado, os guardas deveriam zelar para que eles fossem mantidos com saúde e boa alimentação. Qualquer negligência quanto a esses aspectos, os guardas teriam que, com “civilidade”, comunicar ao *agente* da Sociedade e aos presidentes da província, bem como elaborar autos de óbitos e nascimentos, doenças graves, crimes cometidos. Isso tudo deveria ser registrado em um livro na Sociedade e os mesmos fatos enviados em forma de “mapas”, para os presidentes da província. Ainda conforme as instruções era serviço do guarda “passar revista” todos os dias para certificar-se que nenhum africano deixara de trabalhar. Se o africano livre não se encontrasse no trabalho designado, deveriam ser feitas “pesquisas precisas para descobrir o lugar onde ele se acha”.

¹¹ LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. O Comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. Cuiabá: EdUFMT; PROEDI, 1982, p. 26.

¹² LIMA, André Nicacio Lima. “Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso”. Dissertação (mestrado em História). São Paulo: USP, 2010, p. 35-53.

¹³ Ofício do presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao guarda dos africanos livres, 1º sargento, Antônio Dias Leme. Cuiabá, 30 de junho de 1852. Livro de Registro nº 127. *Correspondências expedidas*. Doc. nº 7, p. 5 a 7 v. Ano 1852. APMT.



Não localizado o africano, o guarda teria que solicitar às autoridades policiais “as convenientes providências para que o dito africano seja restituído à Sociedade”.

Embora as instruções recomendassem a não *desumanização* e *redução à escravidão*, isso não significava que o africano livre tivesse liberdade para escapar do trabalho compulsório, dos mecanismos de controle, vigilância, castigos, repressão constante à resistência cotidiana. Afinal, no período, vigoravam os cuidados do governo imperial para com a manutenção da ordem pública e do controle social da população negra, indígena, imigrante européia, etc. A liberdade dada para o trabalhador africano livre era para o trabalho e, para tanto, teria sim que estar bem alimentado e saudável para a maior exploração possível de sua força de trabalho, tão útil para a almejada sociedade civilizada da elite política imperial.

Em junho de 1852, após a viagem da Corte até Diamantino, noventa e oito africanos livres começaram a trabalhar para a Sociedade de Mineração; eram agora, setenta e sete homens e vinte mulheres, logo que faleceram dois no trajeto.

Mineração

Em 1852, surgiu então uma esperançosa tentativa de retomada das atividades mineratórias, em Diamantino. De acordo com Prudêncio, em 1851, os que ficaram em Diamantino “fixaram os ânimos e assentaram de trabalhar. Em 1852, deu-se então a feliz circunstância de entrar para este município a companhia de mineração composta de 130 trabalhadores, fora os seus empregados e camaradas montando um total de 160 indivíduos”.¹⁴ De acordo com esse relato, tem-se notícia do número provável dos trabalhadores que foram empregados na Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Porém, até aqui, só conhecemos os africanos livres que somavam 98 e os 40 cativos citados pelo senador Paranhos.¹⁵ Faltam-nos, portanto, revelarmos os outros 22 trabalhadores que, provavelmente, fossem livres, como o administrador, os guardas dos africanos e os feitores.

Em primeiro momento, os trabalhadores africanos livres foram encaminhados para trabalharem nos desvios dos rios em Santana, próximo à Diamantino. Segundo Prudêncio, assim que instalada a companhia, já iniciou as atividades com: “que tinham por fim desviar de um leito o

¹⁴ PRUDÊNCIO, João Baptista. *O ARQUIVO*. Coleção Memórias Históricas, v. 3. Ano I. Cuiabá: Mato Grosso; Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1904. Informações ministradas ao presidente da Província de Matto-Grosso, Augusto Leverger, pelo delegado de polícia de Diamantino, João Baptista Prudêncio, sobre o município do Alto Paraguay; carta datada de 07 de março de 1854. p. 4.

¹⁵ “Já vão em caminho os representantes e principais gerentes da companhia em Mato Grosso, e levaram consigo 40 escravos e diferentes máquinas, das quais algumas são de nova e útil invenção”. PARANHOS. *Cartas ao amigo* [...]. Ob. cit., p. 214.



rio Sant'Anna, em cuja ilha, poços e cachoeiras vizinhas a ela existam grandes riquezas em diamantes”. Para Prudêncio, a empresa mineradora motivava a população local dando-lhe a esperança de novas descobertas e pagando bons salários aos trabalhadores: “estas mesmas feitas no lugar tem concorrido para esbarrar aquele estado desanimador de decadência, não só dando bons ordenados aos filhos do País, empregados em seu serviço, como animando os outros poucos Mineiros que restavam”. Por conseqüência, os ordenados pagos pela Sociedade “deu também novo incremento de prosperidade aos lavradores”. Esta Sociedade que é vista como protegida dos governos imperial e provincial, seria portadora do desenvolvimento econômico dos trabalhadores locais – através dos ordenados – e, no futuro, esperava-se que ela também pudesse beneficiar a província, sobretudo, dando impulso ao comércio com o Pará: “Se ela tiver bons resultados nas suas primeiras viagens e for animando com a valiosa proteção do Governo Geral e Provincial, pode muito prosperar, utilizando ao Município em particular e em geral à Província, reanimando o comércio quase amortecido com o Pará.”¹⁶

Pelas falas e relatórios das autoridades locais, percebe-se que a Sociedade de Mineração do Mato Grosso é relacionada ao desenvolvimento do capitalismo, especialmente do processo de industrialização e de expansão de relações de trabalho assalariado. A implementação e operação dos serviços previstos pela empresa mineradora geraram na população local uma expectativa de que ela tanto trouxesse como motivasse uma mudança profunda no mercado de trabalho, até então condicionado em grande parte pela agricultura de subsistência e na mão de obra escravizada. Essa expectativa de mudanças e melhorias econômicas é percebida por todo o território imperial, sobretudo naquelas províncias mais empobrecidas e distantes da Corte. Assim, se antes da década de 1850 os gastos públicos foram direcionados, principalmente, ao propósito de organizar o aparelho de Estado e garantir minimamente o controle sobre o território do Império, na segunda parte do século XIX os recursos do Estado passariam a ser direcionados ao fomento das atividades produtivas, por meio do investimento em infraestrutura.¹⁷

Desse modo, sobretudo a partir de 1850, vigorou uma política de modernização, onde incluía construções e melhorias de estradas de comunicações por todo o Império; do transporte fluvial com base na introdução da navegação a vapor, de melhoramentos dos portos, de construção de um setor de estradas de ferro, de instalação de empresas e de penetração de capitais associados

¹⁶ PRUDÊNCIO. *O ARCHIVO*. [...]. Ob. cit. p. 6.

¹⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p.19.



aos novos empreendimentos no país. As estradas de ferro e companhias de navegação a vapor tinham como objetivo o acesso mais rápido às áreas produtoras, fazendo a ligação com os portos, ao mesmo tempo em que favorecia a abertura do mercado interno.¹⁸

Em suma, a Sociedade de Mineração do Mato Grosso foi recebida pelas autoridades locais com essa perspectiva que tomava conta do território imperial, de que a empresa representava a prosperidade e, como tal, recebeu apoio do governo imperial para auxiliar a província naquilo que era absolutamente necessário: civilizar os índios para o trabalho e construir a tão sonhada estrada para o Pará. Além disso, a Sociedade era vista como aquela que trazia o *progresso* através do trabalho *livre* e assalariado – apesar dos trabalhadores escravizados – iniciativas que poderiam indicar que a província estava no caminho certo para a modernização.

Desviando os rios

No trabalho de *desviar os rios*, os africanos livres desviavam os cursos ou isolavam trechos dos leitos dos rios ou córregos com barragens. Com esta atividade, a empresa tinha a intenção – e expectativa-, de encontrar no leito do rio os resquícios de ouro não extraídos nos séculos anteriores devido – segundo Paranhos- à “imperícia” e forma artesanal utilizada pelos mineradores. Como a *imagem* da Sociedade apresentada até aqui aproximava-a de empresas mineradoras com alta orientação empresarial, com presença da mecanização com técnicas modernas e especializadas, acreditou-se que ela, munida dessas especificações, seria então capaz de recuperar os esquecidos metais preciosos. Conforme já registrado, uma dessas imagens foi propagandeada por Paranhos antes mesmo da implementação das atividades da Sociedade, em agosto de 1851:

Há no rio Sant’Anna, uma das suas maiores cachoeiras, com vasta bacia. Ora, sendo essa ilha explorada por diferentes mineiros, acharam estes nela imensa riqueza, de que se não souberam aproveitar pela sua imperícia e pela deficiência de máquinas apropriadas, sendo que ainda hoje ali se desconhece o uso das bombas. Como a execução era feita numa altura inferior ao maior nível do rio, as águas constantemente inutilizavam todos os trabalhos dos rústicos exploradores. É nessa ilha que a companhia vai fazer as suas primeiras explorações.¹⁹

Dessa forma, os africanos livres representavam a principal força de trabalho nos desvios dos rios. Desde o início das atividades da Sociedade, em julho de 1852, até setembro de 1853, foi nesse trabalho que houve maior concentração desses trabalhadores. Conforme já apontado, houve outros

¹⁸ SAES, Flávio Azevedo Marques de. “Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; AMARAL LAPA, J. R. (orgs). *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996, p.178.

¹⁹ PARANHOS. *Cartas ao amigo* [...]. Ob. cit., p. 215.



serviços como criação de animais, construção de estradas, lavoura, mineração, serviços domésticos, e extração da poaia.

Conforme já exposto, no início das atividades da empresa, os africanos foram imediatamente empregados nos desvios dos rios, sobretudo nas margens do rio Santana. Aqui e acolá, nos registros que se referiam especificamente aos africanos livres, lê-se a presença de um ou outro trabalhador escravizado em algumas dessas atividades; porém, como essas referências são muito escassas, não foi possível quantificá-las, mas quando elas apareceram eu fiz questão de citá-las. Em 1854, o governador da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, relatou como se organizaram as atividades iniciais da Sociedade:

A Sociedade de Mineração desta Província, que, como já me referi, assentou os seus trabalhos no Município do Diamantino, empreendeu desviar, em parte do seu curso, o ribeirão de Santa Anna, a fim de aproveitar-se da abundancia de diamantes, que se supõe haver no álveo do dito rio, junto à ilha do mesmo nome.²⁰

Esse era um processo penoso; os africanos livres, homens e mulheres desviavam uma parte do leito do rio com uma *barragem* de terra, pedaços de paus e pedras no leito descoberto, para que somente uma certa quantidade de água escorresse para lavagem do material. Essa barragem teria que ser uma estrutura de controle que, além de diminuir, desviar ou secar o rio, deveria proteger e garantir as condições de trabalho com menos riscos possíveis. No caso do rio Santana, o risco era grande, devido à forte queda das cachoeiras.

Outro processo descrito por Antonil, simples mas largamente utilizado em Minas Gerais, correspondia ao *cercos*. O trabalhador recorria a este método quando não se conseguia desviar todo o curso das águas do rio. Representava o cercamento de pequena parte do curso d'água, junto à margem e, em seguida, sujeito a secamento. De início, esgotava-se a água apenas com bateias ou carumbés: a vasilha cheia passava de mão em mão, até onde devia ser despejada.²¹

Como visto, ao longo de um ano e quatro meses a maioria dos africanos livres, de maneira simplificada, porém extenuante, trabalhou nos desvios desses rios. No entanto, em agosto de 1853, a Sociedade encerrou essa atividade. O presidente da província registrou que a empresa encontrou “tantos obstáculos na abertura do canal que teve de desistir desta empresa, e foi estabelecer-se na

²⁰ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1854. p. 11-13.

²¹ LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. (Ensaio Econômico, 8). São Paulo: IPE-USP, 1981, p. 29.



margem do Paraguai abaixo do Arraial do Buritizal”.²² Com queixas iguais, o diretor, chamado de *agente* da Sociedade, o médico Medardo Rivani, informou que os trabalhos tiveram que ser paralisados devido a muitos impedimentos: “Por causa de alguns inconvenientes e grandes dificuldades encontradas na abertura do desvio do Rio Sant’Anna, tenho julgado conveniente parar por agora com esta obra e empregar os Africanos na mineração”.²³

Como observado, a questão da propalada inovação das técnicas de mineração levadas à região pela Sociedade, se ela existiu, não foi utilizada pelos africanos livres nos desvios dos rios da região de Diamantino. Houve sim muito esforço braçal, grande dificuldade no manejo das paredes protetoras das águas; havia constantes desabamentos e contatos dos trabalhadores com as águas frias, algo que debilitava a saúde desses, pois em janeiro de 1853, conforme o guarda dos africanos livres: “No decorrido mês uma febre forte ocorreu entre todos os africanos, mas felizmente, nenhum tem perigo”.²⁴

Cabe observar que os trabalhadores empregados nos serviços da mineração não permaneceram fixos às margens dos rios Santana e Paraguai, porque eles eram transferidos, geralmente por curtos períodos de tempo, em busca das minas nas regiões de Áreas – atual Arenópolis-, Buritizal, Cabaçal, Conceição, Coxipó-Guassú, Lavra do Mindão, Martírios e outras.

Dessa forma, o serviço de mineração era realizado nas margens dos rios onde os africanos livres peneiravam os cascalhos. Atividades essas exercidas por vários anos, conforme observado nos registros dos presidentes da província do Mato Grosso e em diversos ofícios e mapas elaborados pelos guardas dos africanos livres. Em maio de 1854, Leverger comunicou à Assembléia Provincial que os africanos livres encontravam-se na região do “Paraguai, abaixo do Arraial do Buritizal, com seus esforços em continuar as suas explorações nas várzeas e tabuleiros do Paraguai”.²⁵ Já em julho do ano de 1859, o guarda dos africanos livres registrou que os africanos

²² Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1854. p. 11-13.

²³ Correspondência de Medardo Rivani – agente da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso, comunicando ao presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger, que tirara os africanos livres dos desvios dos rios para mineração. Santa Anna, 31 de agosto de 1853. Lata 1853-A. APMT.

²⁴ Registro do 2º sargto guarda dos africanos, Antônio Dias Lemes. Mapas dos Africanos Livres. Lata 1853-A. p.2. APMT.

²⁵ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1854, p. 11-13.



livres “se acham reunidos todos aqui [Santana] para extrair-se o cascalho que na extração chuvosa não se poderia tirar”.²⁶

Plantar e colher roças; construir, morar e zelar; criar animais

No caso de Mato Grosso, Luiza Volpato constatou que, de maneira geral, desde o início do povoamento da região mato-grossense, no século XVIII, os gêneros de abastecimento sempre foram escassos e caros; sobretudo porque a concentração da força do trabalho cativo estava voltada para os trabalhos da mineração; posteriormente, os cativos foram os principais responsáveis pelo plantio e colheita dos meios de subsistência, não só para si, mas para a população local; o excedente era vendido não para seu próprio ganho, mas para a unidade produtora.²⁷ Por outro lado, segundo Edvaldo de Assis, no Mato Grosso o cativo raramente era liberado para plantar sua roça e, quando tinha essa oportunidade, era comum plantar o milho, feijão e mandioca; além desses alimentos, Assis observou que os cativos também recebiam a carne seca, toucinho e arroz.²⁸

Considerando que a cata do ouro e diamantes eram importantes, mas não tanto quanto sobreviver à fome, os dirigentes da Sociedade de Mineração assim que se instalaram na região, trataram de empregar alguns africanos livres nas roças. Desse modo, logo na chegada, os africanos livres foram repartidos; a maioria das mulheres e homens seguiram para a atividade mais dura, desviar os rios; poucas outras para o serviço doméstico, e o restante dos homens deveriam ir imediatamente derrubar as matas no entorno do arranchamento, próximo do rio Santana; em seguida, carpiram o mato e fizeram as roças. Como não há registros da cultura semeada, certamente começaram abrindo covas para as ramas da mandioca. Como já estavam em fins de setembro de 1852, o clima estava perfeito para o plantio, pois era época de maior intensidade de chuvas, necessárias para brotação das manivas e enraizamento. O plantio era normalmente feito no início da estação chuvosa, quando a umidade e o calor tornam-se elementos essenciais para a brotação e enraizamento.²⁹ Os trabalhadores deveriam ainda manter as plantas livres das ervas daninhas nos

²⁶ Ofício do guarda dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Moniz, ao Ilmo Exm^o Senhor Joaquim Raimundo de Lamare, presidente d’esta Província. Santa’Anna, 1^o de julho de 1859. Ofício n^o 94. *Correspondências recebidas* da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Lata 1859. APMT.

²⁷ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão*. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EdUFMT, p. 110.

²⁸ ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do negro no Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT/PROED, 1988, p. 32; 42.

²⁹ MATOS, Pedro Luiz Pires de; CARDOSO, Eloisa Maria Ramos. *Embrapa: mandioca e floricultura*. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>.



primeiros seis meses e realizarem a colheita após oito a doze meses. Devido à escassez e urgência dos alimentos, talvez, no mesmo período, ou tão logo determinasse a natureza, tenham plantado também o feijão e o milho que, culturalmente, eram plantados intercalados às fileiras da mandioca - usando-se uma ou duas fileiras de milho entre duas de mandioca, alternadas com fileiras de feijão. Para garantir uma melhor germinação, usavam-se três sementes por cova, tanto para o milho como para o feijão. Geralmente, as culturas são plantadas na mesma época, mas existem casos em que o feijão é plantado antes da mandioca, com intervalo de tempo que vai de 15 a 60 dias.³⁰ Há registros de outros gêneros que os pobres livres, escravizados, libertos e fugidos plantavam na região: abóbora, algodão, amendoim, ananás, arroz, banana, cará, fava, batata doce, cana de açúcar e outros. No fim do século XVIII, no Mato Grosso, o quilombo do Piolho possuía grandes plantações de milho, feijão, mandioca, batata, cará e outras raízes, assim como muita banana, ananás, abóbora, fumo e algodão do qual faziam panos grossos;³¹ além disso, criavam galinhas.³²

É possível considerar que boa parte desses alimentos tenham sido os primeiros nos roçados realizados pelos africanos livres por serem curtos os períodos para as colheitas. Como já descrito, poderiam comer a mandioca no prazo máximo de doze meses, o milho e a batata doce em cinco e o feijão em noventa dias.³³ Desses itens, a mandioca foi a mais utilizada no cardápio, tanto dos escravizados, como dos pobres livres no Brasil; ela possui um grande valor nutritivo, devido à sua riqueza em proteínas, vitaminas e sais minerais naturais; além de ser de fácil cultivo, a mandioca poderia continuar madura embaixo da terra por longos meses.

De acordo com as fontes, a organização do trabalho da Sociedade se dava de maneira a manter certo número de trabalhadores constante ao longo do ano em determinada “frente de trabalho”. Esse número aumentava, diminuía e às vezes desaparecia no ano seguinte. Tendência essa que permite concluir que as exigências da mão de obra nas áreas de trabalho de “maior interesse” da empresa, ou seja, na mineração e poaia seriam as responsáveis por esta variação, ou ainda, o desvio dos africanos livres para as áreas de trabalho que a direção determinasse. Dessa

³⁰ Idem.

³¹ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos*. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil. Século XVII-XIX. São Paulo: UNESP, Polis, 2005, p. 360.

³² VOLPATO, Luiza Rios Ricci. “Quilombos em Mato Grosso. Resistência negra em área de fronteira”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio*. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 224.

³³ QUEIRÓZ, Renato da Silva. *Caipiras negros no Vale da Ribeira*. Um estudo de antropologia econômica. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 2006, p. 44.



maneira, a partir de 1854, o trabalho na lavoura foi intensificado, inclusive com a presença das mulheres, iniciado com o número de cinco, em outubro de 1853. A partir de 1855 até 1857, nota-se uma grande concentração da mão de obra nas roças, com um número constante de 25 a 30 africanos livres.

Atenta à necessidade da produção de alimentos, ao longo dos catorze anos de sua existência, a Sociedade concentrou dois lugares onde mantinha as lavouras e talvez os *ranchos* que serviam de alojamento para os trabalhadores; uma roça estava localizada na região mais próxima do atual município de Diamantino, às margens do rio Santana, e outra, nas adjacências do rio Paraguai, no Alto Paraguai.³⁴

Em 1859, quando a maioria dos africanos livres – em um grupo de 57- estava extraindo cascalhos no rio Areias, dezoito estavam terminando a colheita em Santana. De 1860 a 1862, percebe-se que houve maior concentração de mão de obra, tanto na mineração, como na lavoura. A partir de 1861, pelos registros, essas mesmas atividades passaram a ser desenvolvidas também em outras duas localidades, chamadas de Coxipó da Guia e Conceição, mas sempre dentro dos limites de Diamantino.³⁵ Cabe observar que o Termo do Diamantino contava principalmente com a vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino e outros pequenos vilarejos.

Como já registrado, esses dois locais, às margens do rio Santana e do Paraguai, ficavam uns quarenta quilômetros distantes da Vila de Diamantino; por vezes, os africanos livres eram deslocados de um local para outro: “Tenho a honra de participar a V.Ex^a que no dia 29 do mês findo, foram restituídos ao lugar do Arrançamento do Paraguay, parte dos Africanos que até esse dia trabalharam em Santa Anna na mineração”.³⁶ Assim, ao chegarem à região apontada, os administradores da Sociedade e seus empregados tiveram que montar uma estrutura composta de ranchos e roças *mais fixos* nesses locais, de onde se deslocavam para diversas minas e ribeirões da região. Certamente, para construir as moradias para os 98 africanos livres, sem contar as necessárias para os 40 trabalhadores cativos e para os 22 trabalhadores da administração, seriam necessários

³⁴ Ofício do guarda dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Moniz, ao Ilmo Exm^o Senhor Joaquim Raimundo de Lamare, presidente d’esta Província. Paraguay, 30 de abril de 1858. Ofício n^o 86. *Correspondências recebidas* da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Lata 1858. APMT.

³⁵ Ofício do guarda dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Moniz, ao Ilmo Exm^o tenente coronel, engenheiro, Antônio Pedro de Alencastro. Digno Presidente desta Província. Conceição, 2 de agosto de 1861. Ofício n^o 111. *Correspondências recebidas* da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Lata 1861. APMT.

³⁶ Ofício do guarda dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Moniz, ao Ilmo Exm^o Senhor Joaquim Raimundo de Lamare, presidente d’esta Província. Santa Anna, 30 de abril de 1858. Ofício n^o 85. *Correspondências recebidas* da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Lata 1858. APMT.



muito mais do que os quatro carpinteiros apontados nos mapas dos guardas dos africanos livres entre os anos de 1853 a 1857.³⁷

Enfim, de 1852 até 1857, quando se percebem as primeiras manifestações de resistência dos africanos livres, se passaram sete anos. Tempo suficiente para que eles entendessem e aprendessem a língua portuguesa, conhecessem bem a região e o entorno onde estavam trabalhando, fizessem aliados com distinções sociais diferentes: escravizados, aquilombados, livres, autoridades, padrinhos e padres!

Relações familiares, de compadrio, sociabilidades

Conforme já apresentado, os africanos livres da Sociedade de Mineração do Mato Grosso foram disciplinados para o trabalho sob constante vigilância e cuidados. Conseqüentemente, essa prática exigia um comportamento socialmente aceito: a submissão. O africano deveria, antes de tudo, ser um bom trabalhador. A empresa, através de seus administradores, determinaria os locais por onde esses homens e mulheres deveriam circular, ou seja, sua vida social estaria reduzida aos espaços onde esses trabalhadores exerciam suas atividades.

Os locais de trabalho dos africanos livres da Sociedade de Mineração eram diferentes de muitos trabalhadores escravizados empregados em centros urbanos, onde por vezes dividiam as mesmas ruas, as mesmas casas, as instituições públicas e eclesiásticas; locais esses que facilitavam o contato com pessoas de estatutos sociais diferentes e por conseqüência, a construção de laços de solidariedade entre escravizados e livres. Já a mobilidade dos africanos livres da Sociedade de Mineração do Mato Grosso era dificultada não apenas devido ao controle permanente, mas também ao isolamento das áreas de mineração. No entanto, apesar de todos os obstáculos, os africanos livres compartilharam e interagiram com diversas pessoas daquela sociedade, dentre escravizadas, livres e libertas. Restrições e normas não impediram as experiências familiares, as relações de compadrio, as diversões, as insubordinações e fugas. Com tais posturas, não esperaram e nem pediram autorização para se relacionarem afetivamente, gerarem filhos e criarem laços de solidariedade entre diversos membros da própria empresa e da localidade. Tais atitudes merecem destaque porque

³⁷ Os mapas dos guardas dos africanos livres dos meses de maio a outubro de 1853 e ao longo de 1854 apontaram apenas um ou dois africanos livres realizando a função de carpinteiro; e nos mapas dos anos de 1855 a 1856 observou-se o maior registro desta função, variando entre três a quatro africanos livres; já os mapas de 1857 tornam a se observar apenas de um a dois africanos livres. Cf. Mapas dos africanos livres empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província do Mato Grosso. Latas 1853, 1854, 1855, 1856, 1857. APMT.



como vimos, os africanos livres não trabalhavam nos centros urbanos e sim, metidos no meio do sertão mato-grossense, algo que com certeza dificultava o contato com a sociedade local.

Conforme os registros documentais, somente famílias parciais de africanos livres, formadas por mãe e filhos foram observadas na Sociedade de Mineração. Não foi apontada a presença de casais formais - pai, mãe e filhos-, que a exemplo de outros africanos livres, no Brasil, coabitavam juntos. Também não há qualquer informação sobre a incidência de casamentos legalizados pela igreja, e, muito menos, requerimentos neste sentido por parte desses trabalhadores. Por outro lado, aqui e acolá, a documentação analisada dá informações sobre possíveis relacionamentos afetivos entre as africanas livres e membro da empresa e da localidade. Diante disso, é possível considerar certa *facilitação* na vigilância dos trabalhadores africanos livres, algo que, pelo visto, favoreceu laços afetivos ou de solidariedade recíprocos entre as africanas e seus parceiros.

As crianças das africanas livres eram mantidas junto às mães nos alojamentos, próximos aos locais de trabalho, também sob a vigilância dos guardas dos africanos livres. Não há registro da utilização da mão de obra dessas crianças nos trabalhos da Sociedade de Mineração. Existia sim, um cuidado da parte da presidência da província que as crianças devessem “viver na companhia das mães sob a tutela do respectivo guarda”.³⁸ Além disso, através de orientação dos presidentes da província do Mato Grosso, os agentes e os guardas eram os principais educadores, dedicando-se ao “ensino da doutrina cristã” para as crianças e aos adultos que já dominassem a língua portuguesa: “neste mês dei princípio ao ensino da doutrina cristã aos africanos sob minha guarda e o auxílio ministrado pelo doutor Agente da Sociedade; tenho fundadas esperanças de fazer eles receberem o sacramento da penitência; o que até aqui não se pôs em prática em razão de que agora é que vão entendendo o português”.³⁹

Assim, mesmo que os filhos das africanas livres fossem vistos socialmente, de uma forma mais positiva do que os de suas mães, também seriam retidos e deveriam viver sob tutela, ainda que com condição diferente, de brasileiros e livres. E para estarem à altura dessas condições, e após as primeiras instruções na própria empresa, as autoridades locais planejavam o futuro dos filhos das africanas livres. Os meninos seriam aprendizes em instituição militar, onde receberiam a educação

³⁸ Ofício do presidente da província, Augusto Leverger, ao Sr. Dr. Medardo Rivani, agente da Sociedade de Mineração desta Província. Palácio do Governo de Mato Grosso, em Cuiabá, 17 de agosto de 1854. Livro 127, p. 158. APMT.

³⁹ Ofício do guarda dos africanos livres, João de Almeida Lara, ao presidente da província, Augusto Leverger. Paraguay, 31 de janeiro de 1856. Livro de registros da Sociedade de Mineração, nº143 – correspondências expedidas da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Ofício 49.



adequada; dessa forma, percebe-se por parte das autoridades locais, uma organização antecipada para que os filhos das africanas livres pudessem ser úteis à nação, ou seja, futuros trabalhadores qualificados. Já as meninas seriam entregues à sorte de serem distribuídas aos cuidados de portentosas famílias que deveriam ser responsáveis por sua instrução.⁴⁰

Ao longo dos catorze anos que as africanas livres prestaram serviços compulsórios à Sociedade de Mineração, elas geraram trinta e seis filhos. Desses, doze faleceram e dentre estes, apenas três morreram no momento do nascimento, os outros nove vieram a falecer, na maioria com tenra idade, dando uma porcentagem de 33% dos falecimentos do total de crianças nascidas, sobrevivendo vinte e quatro (67%). Os motivos dos óbitos apresentados (fora os nascidos mortos) foram: convulsões (44%), febre maligna (22%), ataque repentino (22%), e sem apresentar a causa da morte (12%).

Das vinte africanas livres enviadas para a Sociedade de Mineração do Mato Grosso, apenas doze (60%) tiveram filhos. Oito mulheres nunca tiveram filhos (40%). Carolina Benguela teve quatro filhos, duas meninas e dois meninos, todos pretos, sendo que o primeiro menino faleceu com um ano de idade, não tendo sido especificada a causa; os outros três sobreviveram. Leocádia Benguela teve cinco filhos, sendo quatro meninos e uma menina; o primeiro filho de cor parda, faleceu com três anos e a menina foi a última criança registrada a nascer, em 1863; dos cinco filhos registrados, o primeiro era de cor parda, como mencionado acima e os outros quatro de cor preta; Catarina Benguela teve dois filhos, ambos de cor preta. Rita Cabinda teve três filhos, dois meninos e uma menina, que faleceu; Florinda Benguela teve três filhos, duas meninas e um menino, sendo que a primeira menina nasceu morta; um casal de filhos sobreviveu. Francisca Benguela teve seis filhos, sendo dois casais de gêmeos; o primeiro casal de meninas faleceu ao nascer, o segundo filho faleceu com dois anos, o segundo casal de gêmeos sobreviveu, um menino e uma menina e em 1863 nasceu a última filha; o filho que faleceu era de cor parda enquanto todos os outros cinco foram registrados com a cor preta; Carlota Congo teve uma menina preta; Luiza Cabinda, duas meninas; Eulália Congo, dois filhos pretos; Mariana Moçambique, teve duas meninas e um menino, todos de cor preta; Tereza Congo, teve quatro filhos, três meninas e um menino, cujos registros de cores se

⁴⁰ Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho ao Ilm^o e Exm^o Sr. Cons^o Zacarias de Góes Vasconcellos, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo de Mato Grosso, em Cuiabá. 17 de julho de 1864. Livro de Registro n^o 112, p. 185. APMT.



alternaram entre preto e pardo; Rosária Cabinda, um filho, a mãe faleceu no parto em 1855 e a filha faleceu um ano depois.

Relações de compadrio

Como já registrado, o Termo do Diamantino contava principalmente com a vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino e outros pequenos vilarejos. Os africanos livres trabalhavam às margens do rio Santana e do Paraguai que se localizavam a uns quarenta quilômetros distantes da Vila de Diamantino.

Essa região caracterizava-se pela presença de atores sociais de distintas constituições étnicas e sociais. Em seu interior e entorno, interagiam atores e grupos sociais tais como pequenos colonos e fazendeiros, comerciantes e viajantes, religiosos e índios de várias etnias, trabalhadores escravizados, aquilombados e funcionários da administração pública: delegados, juízes de paz, médicos. As principais autoridades do Termo de Diamantino foram comunicadas da inserção dos africanos livres na Sociedade de Mineração. Dessa forma, elas também seriam responsáveis pelo seu *cuidar* e “a fim de promover a prosperidade da Sociedade de Mineração”.⁴¹

Nas fontes pesquisadas não há nenhum dado de como ocorria a interação dos africanos livres com a sociedade local, logo que sua mobilidade era sempre vigiada e apontada nos relatórios dos guardas dos africanos livres. No entanto, através dos registros de batismos dos filhos das africanas livres, percebe-se um amplo leque de laços de compadrio firmados entre essas trabalhadoras e pessoas de estatuto jurídico e social diferentes dos seus.

A prática do compadrio é compreendida a partir de seu aspecto religioso e por laços sociais pactuados e fortificados pelas relações de compadrio. Dessa maneira, as africanas livres mantinham ligações tanto com membros do seu próprio grupo, como com trabalhadores escravizados e com pessoas livres da sociedade mato-grossense.

Por meio desses levantamentos, foi possível observar alguns padrões na escolha dos padrinhos para as crianças. Foram registradas vinte e nove cerimônias de batizados envolvendo os filhos das africanas livres. Alguns poucos registros traziam apenas um padrinho, sendo que a maioria apontava os nomes dos padrinhos e madrinhas. Dos cinquenta e seis padrinhos e madrinhas apontados nos livros de registros dos guardas dos africanos livres, apenas cinco eram trabalhadores

⁴¹ Ofício do presidente da província, Augusto Leverger, para todos os juízes de paz e delegados de Diamantino. Livro de Registro nº 127 – correspondências expedidas. 30 de junho de 1852. APMT.



escravizados (9%); dezessete eram os companheiros do mesmo grupo, isto é, africanos livres (30%); os padrinhos livres foram mais numerosos, totalizando trinta e quatro (61%).

Esses números chamam a atenção porque as africanas livres tinham a possibilidade de convidar para padrinhos os membros do seu próprio grupo, motivando assim, o fortalecimento de suas relações e convívio; no entanto, elas deram preferência a pessoas livres, e, aparentemente, com algum prestígio social naquela localidade. Merecem destaques os padrinhos empregados livres da Sociedade, guardas, auxiliares, agente e ainda, o padre e seu trabalhador escravizado; a madrinha Izabel de Almeida Leite, esposa do tenente José Marcelino Prado, foi madrinha de três crianças com mães, padrinhos e datas dos batizados diferentes – característica que de fato, pode comprovar os laços de sociabilidade entre essa senhora e as africanas livres. Destaca-se ainda em muitos casos, o padrinho e a madrinha da mesma criança ser de estatuto jurídico diferentes, a exemplo, um sendo escravizado ou africano livre e outro, livre.

Mesmo tendo mais compadres livres, as mães não deixaram de convidar seus amigos escravizados para batizarem seus filhos. Pode ser que tenham preferido manter esse vínculo com pessoas livres como meio de proteger sua prole e também há que se considerar que, alguns dos seus compadres fossem também os pais de seus filhos, livres ou não. De qualquer modo, esses laços respaldam a idéia de que havia a possibilidade dessas mães transitarem na região, eu diria até, com certa liberdade, tendo em vista, o grande número de padrinhos que não eram membros da empresa onde trabalhavam. Eu arriscaria até a concluir que a *vigilância* não era tão controlada assim, visto que permitia às africanas transitarem por locais mais afastados da empresa, por sítios, fazendas e até mesmo, pelo Termo de Diamantino, pois tinham padrinhos desses lugares. Percebe-se também o padrão de um homem e uma mulher batizando a criança, independente de sua condição social. Maria Nizza da Silva ressalta a importância da imagem construída por esses indivíduos, resultado de sua conduta em público e também de suas relações. A Igreja, como observa a autora, arbitrava esse jogo de imagens e vigiava, pelos olhos dos párocos e também pelos olhos da sociedade, o comportamento de seus fiéis. Esse status, quando conquistado, poderia render bons frutos, como vínculos com pessoas de melhor condição econômica e respeitadas, e, a longo prazo, tornar possível a mobilidade social de uma família.⁴² O compadrio também seria um meio de tornar-se mais respeitável e travar laços com pessoas que de outro modo estariam fora de acesso.

⁴² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984, p. 38.



À medida que o tempo foi passando e já mais amadurecidos, os africanos livres sob a tutela da Sociedade de Mineração do Mato Grosso foram tomando consciência das relações de poder a que estavam submetidos. Mais cientes de sua condição de *livres* e de que sua submissão tinha tempo determinado, os africanos livres passaram a resistir ao sistema de vida e trabalho a que estavam expostos e resistindo, eles buscaram sua liberdade definitiva.

Ao longo dos catorze anos em que os africanos livres estiveram sob a tutela da Sociedade de Mineração do Mato Grosso, os representantes do Estado imperial eram presença que se fazia presente permanentemente através das comunicações entre aquela e os presidentes da província do Mato Grosso. Uma presença invisível que tudo via, determinava e controlava. Cada ato fosse ele de trabalho, de doença, de nascimento, batizados ou de insubordinação era reportado ao Ministério dos Negócios e da Justiça do Império. E de lá as orientações eram enviadas surtindo efeito diretamente nas relações entre os administradores e africanos livres, assegurando assim, sua política de controle social e manutenção da ordem.

Apesar de tudo isso, e como se pode observar pela trajetória de vida e trabalho dos africanos livres da Sociedade de Mineração do Mato Grosso, eles foram conquistando sua autonomia na medida em tomaram conhecimento de sua própria condição de livres. Para tanto, aprender a língua portuguesa, usufruir das instruções religiosas recebidas, manter relações com pessoas de fora de seu grupo social e étnico, contribuíram não só para a inserção como para a insubordinação. Aprender como funcionava aquela sociedade, quem eram as autoridades daquela localidade, as condições geográficas que facilitavam as fugas, tudo isso contribuiu para o seu viver em liberdade, antes mesmo de serem emancipados.

Bibliografia:

ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do negro no Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT/PROED, 1988.

BERTIN, Enidelce. "Os meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX". Tese (doutorado em História Social). São Paulo: USP, 2006

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos*. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil. Século XVII-XIX. São Paulo: UNESP, Polis, 2005.

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. O Comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. Cuiabá: EdUFMT; PROEDI, 1982.

LIMA, André Nicacio Lima. "Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso". Dissertação (mestrado em História). São Paulo: USP, 2010.



LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. (Ensaios Econômicos, 8). São Paulo: IPE-USP, 1981.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “Do que o ‘preto mina’ é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”. *Afro-Ásia*, 24 (2000).

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATOS, Pedro Luiz Pires de; CARDOSO, Eloisa Maria Ramos. *Embrapa: mandioca e floricultura*. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MORAIS, Viviane Alves de. “Estradas interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)”. Dissertação em História Econômica. São Paulo: USP, 2010.

QUEIRÓZ, Renato da Silva. *Caipiras negros no Vale da Ribeira*. Um estudo de antropologia econômica. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “A família negra no tempo da escravidão: Bahia – 1850-1888”. Tese (doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2007.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. “Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; AMARAL LAPA, J. R. (orgs). *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996.

SANTANA, Adriana Santos. “Africanos livres na Bahia. Dissertação. 1831-1864”. Dissertação (mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Salvador: UFB, 2007.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. “Quilombos em Mato Grosso. Resistência negra em área de fronteira”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio*. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão*. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EdUFMT, 1993.

Fontes:

PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1953.

Lei de 7 de novembro de 1831. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Artigo 1º. Vol. 1. 1831, p. 182.

Decreto de 19 de novembro de 1835. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Instrução 6ª. Vol. 1. 1835.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa provincial em 3 de maio de 1852. Cuiabá: Tipografia do Echo Cuiabano, 1852.

Ofício do presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao guarda dos africanos livres, 1º sargento, Antônio Dias Leme. Cuiabá, 30 de junho de 1852. Livro de Registro nº 127. *Correspondências expedidas*. Doc. nº 7, p. 5 a 7 v. Ano 1852. APMT.



PRUDÊNCIO, João Baptista. *O ARQUIVO*. Coleção Memórias Históricas, v. 3. Ano I. Cuiabá: Mato Grosso; Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1904. Informações ministradas ao presidente da Província de Matto-Grosso, Augusto Leverger, pelo delegado de polícia de Diamantino, João Baptista Prudêncio, sobre o município do Alto Paraguay; carta datada de 07 de março de 1854.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1854.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1854.

Correspondência de Medardo Rivani – agente da Sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso, comunicando ao presidente da província do Mato Grosso, Augusto Leverger, que tirara os africanos livres dos desvios dos rios para mineração. Santa Anna, 31 de agosto de 1853. Lata 1853-A. APMT.

Registro do 2º sargto guarda dos africanos, Antônio Dias Lemes. Mapas dos Africanos Livres. Lata 1853-A. p.2. APMT.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1854.

Ofício do guarda dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Moniz, ao Ilmo Exmº Senhor Joaquim Raimundo de Lamare, presidente d'esta Província. Santa'Anna, 1º de julho de 1859. Ofício nº 94. *Correspondências recebidas* da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Lata 1859. APMT.

Ofício do guarda dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Moniz, ao Ilmo Exmº Senhor Joaquim Raimundo de Lamare, presidente d'esta Província. Paraguay, 30 de abril de 1858. Ofício nº 86. *Correspondências recebidas* da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Lata 1858. APMT.

Ofício do guarda dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Moniz, ao Ilmo Exmº tenente coronel, engenheiro, Antônio Pedro de Alencastro. Digno Presidente desta Província. Conceição, 2 de agosto de 1861. Ofício nº 111. *Correspondências recebidas* da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Lata 1861. APMT.

Ofício do guarda dos Africanos Livres, Tibério Fidelis Moniz, ao Ilmo Exmº Senhor Joaquim Raimundo de Lamare, presidente d'esta Província. Santa Anna, 30 de abril de 1858. Ofício nº 85. *Correspondências recebidas* da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Lata 1858. APMT.

Mapas dos africanos livres empregados nos trabalhos da Sociedade de Mineração da Província do Mato Grosso. Latas 1853, 1854, 1855, 1856, 1857. APMT.

Ofício do presidente da província, Augusto Leverger, ao Sr. Dr. Medardo Rivani, agente da Sociedade de Mineração desta Província. Palácio do Governo de Mato Grosso, em Cuiabá, 17 de agosto de 1854. Livro 127, p. 158. APMT.

Ofício do guarda dos africanos livres, João de Almeida Lara, ao presidente da província, Augusto Leverger. Paraguay, 31 de janeiro de 1856. Livro de registros da Sociedade de Mineração, nº143 – correspondências expedidas da Sociedade de Mineração do Mato Grosso. Ofício 49.

Ofício do presidente da província, Manoel Albino de Carvalho ao Ilmº e Exmº Sr. Consº Zacarias de Góes Vasconcellos, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça. Palácio do governo de Mato Grosso, em Cuiabá. 17 de julho de 1864. Livro de Registro nº 112, p. 185. APMT.

Ofício do presidente da província, Augusto Leverger, para todos os juízes de paz e delegados de Diamantino. Livro de Registro nº 127 – correspondências expedidas. 30 de junho de 1852. APMT.